

NEGAÇÃO DA NEGRITUDE: IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS E CAMINHOS DE RESISTÊNCIA SIMBÓLICA¹

Lohanna Thais Gomes PEREIRA²

Camila de Albuquerque Alves da SILVA³

Enoe Isabela Baía de MORAES⁴

Miriam Debieux ROSA⁵

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os mecanismos de negação da negritude e as modalidades de sofrimento, articulando psicanálise e estudos raciais críticos. A relevância da investigação reside em compreender como o racismo, para além de fenômeno social, atua como trauma estrutural que molda a subjetividade negra. O estudo adota método qualitativo e interpretativo, fundamentado na análise de obras de Neusa Santos Souza, Lia Vainer Schucman e Grada Kilomba, em diálogo com autoras e autores como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Fanon, Mbembe e Freud. Os resultados evidenciam que alienação, clivagem, recalque e repetição traumática atravessam a experiência negra, perpetuando exclusão e silenciamento. A discussão aponta que narrar a dor, investir no letramento racial e valorizar saberes ancestrais são estratégias de resistência e cura simbólica. Conclui-se que o enfrentamento do racismo exige ação política e elaboração subjetiva, reafirmando a identidade negra como potência.

1

Palavras-chave: Negação da negritude; Subjetividade negra; Psicanálise; Racismo; Resistência simbólica.

NEGATION OF BLACKNESS: SUBJECTIVE IMPLICATIONS AND PATHWAYS OF SYMBOLIC RESISTANCE

Abstract

This article aims to analyze the mechanisms of negation of blackness and the modalities of suffering, bridging psychoanalysis and critical race studies. The importance of this investigation lies in understanding how racism, beyond a social phenomenon, functions as a structural trauma shaping Black subjectivity. A qualitative and interpretative method was adopted, based on the analysis of works

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: psi.lohanna@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5164-6053>

³ Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: aalvescamila.psique@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4909-6691>

⁴ University of Huddersfield, Huddersfield, Reino Unido. E-mail: eno.e.psi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8208-574X>

⁵ Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: debieux@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9518-0424>

by Neusa Santos Souza, Lia Vainer Schucman, and Grada Kilomba, in dialogue with Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Fanon, Mbembe, and Freud. Findings reveal that alienation, splitting, repression, and traumatic repetition permeate Black experience, perpetuating exclusion and silencing. The discussion highlights that narrating pain, engaging in racial literacy, and valuing ancestral knowledge are strategies of resistance and symbolic healing. It concludes that confronting racism requires both political action and subjective elaboration, reaffirming Black identity as a source of potency.

Keywords: *Negation of blackness; Black subjectivity; Psychoanalysis; Racism; Symbolic resistance.*

NEGATIVACIÓN DE LA NEGRITUD: IMPLICACIONES SUBJETIVAS Y CAMINOS DE RESISTENCIA SIMBÓLICA

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los mecanismos de negación de la negritud y las modalidades de sufrimiento, articulando psicoanálisis y estudios críticos de la raza. La relevancia de la investigación radica en comprender cómo el racismo, más allá de fenómeno social, actúa como trauma estructural que configura la subjetividad negra. Se adoptó un método cualitativo e interpretativo, basado en el análisis de obras de Neusa Santos Souza, Lia Vainer Schucman y Grada Kilomba, en diálogo con Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Fanon, Mbembe y Freud. Los resultados muestran que la alienación, la escisión, la represión y la repetición traumática atraviesan la experiencia negra, perpetuando la exclusión y el silenciamiento. La discusión señala que narrar el dolor, invertir en el alfabetización racial y valorar los saberes ancestrales son estrategias de resistencia y de cura simbólica. Se concluye que enfrentar el racismo exige acción política y elaboración subjetiva, reafirmando la identidad negra como potencia.

2

Palabras clave: *Negación de la negritud; Subjetividad negra; Psicoanálisis; Racismo; Resistencia simbólica.*

INTRODUÇÃO

A noção de *negritude* nasce como gesto de insurgência contra o colonialismo. Ao cunhar o termo, Césaire (1978) não o restringe à cor da pele, mas o afirma como princípio ético, político e estético que reivindica ancestralidade, memória e dignidade. Em seus versos, a negritude não é pedra muda nem sombra inerte: é mergulho na carne do mundo, ferida aberta que se transmuta em força. Ao ressignificar o termo “negro”, historicamente associado à desumanização, Césaire o converte em campo de resistência, de afirmação subjetiva e de crítica radical às lógicas coloniais.

Munanga (2023) retoma essa formulação ao afirmar que a negritude é o reconhecimento do fato de ser negro e a apropriação de sua história e cultura. Não se trata

de uma identidade naturalizada ou essencialista, mas de uma posição política e histórica que recusa a invisibilidade e reivindica a centralidade da experiência negra. Nesse sentido, sintetiza Ferreira (2006), que a negritude não é apenas um marcador racial, mas uma ontologia insurgente: expressão coletiva de reconhecimento, orgulho e pertença, bem como denúncia das estruturas racistas que insistem em negar a humanidade do sujeito negro.

É nesse ponto que se faz necessário o conceito psicanalítico de *negação*, definido por Freud (1925/2011a) como o mecanismo pelo qual o sujeito reconhece parcialmente o conteúdo recalado, mas se recusa a aceitá-lo. Diferente do recalque, que mantém o material fora da consciência, a negação permite que o material retorne, embora negado. Aplicada ao campo racial, essa operação manifesta-se em frases como “não vejo cor” ou em práticas que buscam apagar traços da ancestralidade africana em relações familiares e sociais. Assim, o negro é admitido como indivíduo, mas sua negritude é negada, mantendo viva a lógica de inferiorização.

Essa negação da negritude é um fenômeno histórico e coletivo, cujas marcas persistem na subjetividade negra contemporânea. Fanon (1952/2020) descreveu essa condição como uma “prisão ontológica”, em que o negro é reduzido ao corpo e à negatividade, enquanto Mbembe (2018) nomeia de *necropolítica* a determinação de quem pode viver e quem deve morrer, exercendo um controle radical sobre corpos e territórios, sobretudo corpos negros. Nesse sentido, a vida negra é constantemente situada na fronteira entre o ser e o não-ser, sujeita à violência, ao abandono e à morte social.

É nesse processo que emerge o desamparo discursivo, entendido como a dificuldade de nomear e simbolizar a própria experiência em ambientes que interditam a palavra. No contexto da negação da negritude, o desamparo discursivo não é apenas o silêncio imposto de fora, mas também impossibilidade subjetiva de elaborar a dor racial, atuando tanto no registro social quanto no psíquico, limitando o reconhecimento e a criação simbólica (Rosa, 2022).

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo investigar os mecanismos de negação da negritude e suas reverberações, bem como negitar estratégias de resistência que emergem nesse processo. Para tanto, toma como referência central três autoras fundamentais no campo da psicologia e da psicanálise: Neusa Santos Souza, Lia Vainer Schucman e Grada Kilomba.

Souza (1982/2021) expõe a dor psíquica provocada pela introjeção do olhar racista e a profunda cisão subjetiva que atinge pessoas negras em processo de ascensão social. Schucman (2018), ao investigar famílias inter-raciais brasileiras, revela a sutileza das tensões raciais e o silenciamento das experiências negras no interior da família, espaço que deveria ser de acolhimento e proteção, mas que muitas vezes se torna mais um ambiente de invisibilização. Kilomba (2021), por sua vez, poetiza a dor colonial e nos lembra da urgência de transformar a narrativa: ao narrar o trauma, abre-se a possibilidade de cura e de reescrita simbólica da existência negra.

A escolha dessas autoras justifica-se pela capacidade de articular diferentes dimensões do racismo — psíquica, estrutural e estética. No entanto, o diálogo não se encerra nelas: outras vozes, como as de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Achille Mbembe e Sigmund Freud, serão mobilizadas de forma complementar para ampliar a análise e compor um quadro interdisciplinar.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se inscreve em uma abordagem qualitativa de orientação psicanalítica, entendendo o sujeito como atravessado pelas forças históricas, sociais e políticas que estruturam o racismo. Trata-se de um exercício da psicanálise em extensão que busca articular teoria e experiência, palavra e silêncio, inconsciente e laço social (Rosa, 2004). O método privilegia a análise crítica de textos teóricos e testemunhos, em diálogo com os estudos raciais e decoloniais, de modo a revelar como a negação da negritude se inscreve na subjetividade e quais caminhos possíveis de resistência que se abrem.

Assim, a introdução que aqui se apresenta não apenas situa o campo de investigação, mas também afirma sua relevância ético-política. Analisar a negação da negritude implica reconhecer os mecanismos que sustentam o racismo estrutural, mas também visibilizar as invenções e resistências que dele emergem. O presente artigo, ao privilegiar a escuta das experiências negras e seu entrelaçamento com a psicanálise, aposta na possibilidade de reinscrever a palavra negra como potência simbólica e criadora, contribuindo para uma clínica e uma teoria comprometidas com a transformação social.

Analisar a negação da negritude requer o reconhecimento dos mecanismos que sustentam o racismo estrutural, além de evidenciar as invenções e formas de resistência que dele emergem. O presente artigo, ao dar prioridade à escuta das vivências negras e ao seu entrelaçamento com a psicanálise, aposta na possibilidade de reinscrever a palavra negra como uma potência simbólica e criadora, contribuindo para uma clínica ética e uma teoria que estejam comprometidas com a transformação social.

4

DESENVOLVIMENTO

Ao adentrar o campo das elaborações psicanalíticas sobre o racismo, é necessário reconhecer que a experiência negra no Brasil é atravessada por processos de subjetivação profundamente marcados pela colonialidade. A violência racial não se limita à esfera material das desigualdades socioeconômicas, mas também incide sobre o inconsciente, operando por meio de recalques, silenciamentos e introjeções que moldam a forma como o sujeito negro se percebe e se relaciona consigo mesmo e com o outro. Nesse sentido, compreender os efeitos psíquicos do racismo exige articular a psicanálise com a crítica social, pois os sofrimentos individuais não podem ser dissociados das estruturas históricas e coletivas que os produzem.

Souza (1982/2021) aprofunda esse debate ao investigar as feridas psíquicas causadas pela experiência racista do sujeito negro brasileiro. Em *Tornar-se negro*, a autora evidencia os paradoxos vividos por aqueles que, em busca de reconhecimento e pertencimento social,

acabam compelidos a negar sua identidade negra. Essa negação, longe de ser um ato consciente ou deliberado, decorre da violência simbólica que estrutura o cotidiano, manifestada sobretudo no olhar depreciativo da sociedade branca, o qual é assimilado e internalizado pelo indivíduo negro. Tal olhar não se limita a episódios pontuais de preconceito: ele é expressão de uma herança histórica e social que, ao incidir sobre a constituição psíquica desde a infância, marca profundamente a construção do Eu.

Souza (1982/2021) argumenta que a introjeção desse olhar branco atua como um mecanismo de clivagem do Eu, gerando uma cisão interna dolorosa. Para ser aceito, o negro precisa alienar-se de sua negritude, internalizando um ideal de eu branco — um padrão inatingível e, inevitavelmente, violento para sua subjetividade. Essa alienação não é superficial, restrita a comportamentos visíveis ou escolhas estéticas, mas representa uma ferida profunda que permeia o modo de ser-no-mundo do sujeito negro. Ela produz inseguranças constantes, dúvidas sobre o próprio valor e sentimentos de inadequação que não se dissolvem facilmente, pois estão enraizados na estrutura racista da sociedade brasileira.

Ao dialogar com Freud (1923/2010b), esse processo pode ser compreendido como uma identificação com o agressor, um mecanismo de defesa pelo qual o sujeito, diante de ameaças e angústias extremas, incorpora características do opressor para mitigar seu sofrimento. Um exemplo clássico, apresentado por Freud, ocorre no caso de crianças que, ao sofrer agressões, passam a imitar o agressor para se proteger emocionalmente, transformando-se simbolicamente em alguém com poder sobre a ameaça. Essa identificação, embora dolorosa, funciona como uma estratégia psíquica para lidar com a violência e a vulnerabilidade, contribuindo para a compreensão da dinâmica da negação da negritude descrita por Souza.

No contexto da experiência negra, esse mecanismo ganha contornos ainda mais complexos. Um exemplo preciso é o indivíduo negro que, a fim de evitar discriminação ou violência, adota comportamentos, valores ou padrões estéticos associados à branquitude. O ato de alisar o cabelo, de clarear a pele com cosméticos, de adotar formas de falar e vestir consideradas “adequadas” segundo o padrão branco não se limita a uma escolha estética ou estilística. Trata-se de uma tentativa de sobrevivência simbólica e, em muitos casos, física. Esses gestos visam minimizar o preconceito sofrido e evitar a exclusão, mas, ao mesmo tempo, reforçam a cisão subjetiva e a negação de si.

O agressor, nesse caso, não é apenas um indivíduo específico, mas o sistema social branco que, por meio do racismo estrutural, impõe um ideal normativo inalcançável. Esse sistema atua como uma máquina simbólica que naturaliza desigualdades, marginaliza corpos negros e, simultaneamente, apresenta a branquitude como parâmetro de humanidade. O sujeito negro, então, introjeta esse desprezo social como uma estratégia de sobrevivência, mas arca com um custo elevado: uma identidade marcada por sentimentos persistentes de inferioridade, vergonha e culpa. Esse sofrimento não se manifesta apenas na dimensão

psíquica individual, mas se desdobra em relações familiares, afetivas, profissionais e comunitárias, atravessando toda a vida social.

Conforme Souza (1982/2021), a superação dessa clivagem exige a reconstrução de uma identidade negra afirmativa, um processo complexo, não linear e permeado por desconfortos. Esse processo não se reduz a uma tomada de consciência imediata ou a um gesto voluntarista, mas implica um trabalho subjetivo e coletivo de elaboração do trauma. É necessário desconstruir os ideais alienados, que foram introjetados como modelos de existência, e resgatar referências ancestrais, culturais e históricas que foram silenciadas pelo colonialismo. Trata-se de recuperar narrativas, práticas e símbolos que reafirmem a dignidade da negritude, abrindo espaço para o surgimento de um eu que reconheça e valorize a condição negra, não como falta, mas como potência.

Esse caminho, como lembra Souza (1982/2021), não é isento de dor. O enfrentamento do racismo internalizado provoca crises de identidade, sentimento de perda e até resistência ao próprio processo de transformação. Contudo, é por meio dessa travessia que se torna possível ressignificar a experiência negra, convertendo a dor em força coletiva e a ferida em possibilidade de reconstrução. Reconhecer a negritude como fonte de humanidade, potência e criatividade é, portanto, um ato político e psíquico de libertação. Essa libertação, entretanto, não se realiza apenas na esfera individual: ela se desdobra também nas relações familiares e sociais, onde o racismo opera de maneira silenciosa, cotidiana e persistente. É nesse ponto que se torna fundamental ampliar a análise para além da dimensão intrapsíquica, observando como a negação da negritude se manifesta e se reproduz nos vínculos afetivos e nas estruturas de pertencimento, como nos mostra Schucman (2018).

Em *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*, Schucman (2018) realiza uma análise crítica da negação da negritude nas dinâmicas familiares inter-raciais. Além da negação da própria negritude pelo sujeito negro, a autora destaca que membros brancos dessas famílias frequentemente negam a negritude dos sujeitos negros, associando-a a significados negativos e reproduzindo, assim, o racismo estrutural no âmbito familiar. Essa dinâmica evidencia que a violência racial não se restringe às interações públicas e institucionais, mas atravessa o espaço íntimo, aquele que deveria funcionar como lugar de cuidado e acolhimento. A autora demonstra que, ao negar a identidade negra do parceiro, da parceira ou dos filhos, os familiares brancos tentam apagar traços de negritude, seja pela imposição de padrões estéticos brancos, pela recusa em reconhecer situações de racismo vividas pelos membros negros da família, ou mesmo pelo silêncio cúmplice diante de violências externas. Esse apagamento, embora muitas vezes percebido sob a forma de “amor” ou de “proteção”, atua como continuidade da lógica colonial que associa a branquidão a valor, dignidade e humanidade, relegando a negritude à esfera do negativo.

Ao aprofundar essa análise, Schucman (2018) mostra que o amor, quando mediado pelo racismo, não escapa das hierarquias sociais que estruturam as relações no Brasil. Assim, mesmo em contextos familiares atravessados por afetos reais, a cor opera como um marcador que delimita lugares de poder e de subordinação. A experiência de filhos negros em famílias

inter-raciais, por exemplo, é marcada pela ambivalência: de um lado, são amados enquanto membros do núcleo; de outro, têm sua negritude constantemente negada ou desvalorizada, o que reforça o processo de clivagem psíquica apontado por Souza (1982/2021).

A necessidade de apagamento da negritude funciona como um mecanismo de negação que inviabiliza a identificação do sujeito negro com a identidade negra. Tal mecanismo permite que relações afetivas se mantenham, mas ao custo de uma invisibilização dolorosa da cor, de elementos estéticos e de outras características que conectam o indivíduo a uma ancestralidade africana rica e potente. Esse apagamento não é apenas um gesto individual, mas um processo relacional e coletivo, sustentado por uma sociedade que associa a negritude a estigmas e inferioridade. Ao negar a negritude do outro dentro da família ou em vínculos amorosos, cria-se uma atmosfera em que não há necessidade de ressignificar a condição negra, nem de desconstruir os sentidos racistas que a atravessam, o que perpetua o racismo como herança simbólica e afetiva (Schucman, 2018).

Por meio de entrevistas realizadas com famílias inter-raciais, Schucman (2018) evidencia minuciosamente como essa imagem depreciativa da negritude gera rejeição, constrangimento e até tentativas explícitas de modificar a condição racial de seus membros. Um dos relatos destacados pela autora é o de Joana, que se autocalifica como “meio termo, morena”. Essa escolha de palavras indica uma recusa em assumir a identidade negra de forma plena, optando por uma categoria intermediária que dilui os sentidos atribuídos à cor preta. Essa recusa demonstra não apenas o afastamento em relação à cultura e à história negra, mas também a dificuldade de reivindicar uma identidade estigmatizada socialmente. Outro exemplo significativo é o de Valéria, que, ao se referir ao ex-marido e ao filho, prefere os termos “moreno” e “moreno claro”, evitando nomear a negritude que os caracteriza.

Schucman (2018) demonstra ainda que a adoção de parâmetros de branquitude aparece como uma estratégia recorrente de enfrentamento da dor do pertencimento racial. A tentativa de se aproximar do ideal branco funciona, nesse contexto, como uma defesa psíquica diante do estigma e da exclusão social. Joana, por exemplo, não apenas nega sua identidade negra, mas também incorpora práticas de embranquecimento, alisando os cabelos e expressando um desinteresse explícito por referências culturais tradicionalmente associadas à população negra, como o samba. Em seu relato, afirma preferir se identificar com seu “lado branco”, revelando como o ideal de brancura se estabelece como modelo de valor e distinção social. Esses gestos cotidianos, aparentemente simples, denunciam a profundidade do processo de alienação, em que o sujeito internaliza os parâmetros brancos como medida de autoestima e pertencimento, reforçando a cisão psíquica e o afastamento da própria ancestralidade.

As estratégias de negação, como argumenta Schucman (2018), não apenas reforçam estereótipos racistas já consolidados, mas também impedem o desenvolvimento de um letramento racial — isto é, a capacidade crítica de compreender e enfrentar as dinâmicas raciais que estruturam a vida social. A ausência desse letramento compromete a possibilidade de lidar de maneira saudável com as complexidades do racismo, em especial dentro das

relações familiares, que deveriam representar espaços de proteção. Em vez de promover o reconhecimento da identidade negra como fonte de orgulho, resistência e pertencimento coletivo, esses movimentos subjetivos geram um vazio emocional profundo, pois interdita o acesso a referências positivas de identidade.

Ademais, Schucman (2018) ressalta que o racismo é uma construção sócio-histórica, originada no colonialismo, na escravização e na exploração, que hierarquiza grupos raciais, privilegiando alguns em detrimento de outros. Nesse contexto, o amor e os afetos familiares não são imunes, sendo atravessados pelas estruturas raciais que moldam as percepções de si e do outro.

A autora identifica três formas de manifestação da hierarquização racial: social, relacional e situacional. No âmbito social, as classificações raciais são moldadas pelas normas e valores dominantes, construídas e reconstruídas pelos discursos hegemônicos. Na dimensão relacional, as identidades raciais são negociadas nas interações interpessoais, variando conforme o contexto e a carga afetiva. Por fim, na dimensão situacional, a identidade racial mostra-se flexível, podendo ser ressaltada ou minimizada conforme o ambiente e os interesses específicos.

Schucman (2018) ressalta ainda que a crença persistente na ideia de democracia racial no Brasil dificulta o reconhecimento e o enfrentamento das tensões raciais. Essa crença funciona como um mito fundacional da sociedade brasileira, promovendo a ilusão de harmonia entre brancos, negros e indígenas, quando, na realidade, mascara desigualdades profundas (Bastide & Fernandes, 1959). No âmbito familiar, essa negação do racismo opera de modo ainda mais devastador, pois intensifica o sofrimento psíquico dos sujeitos negros ao invalidar suas experiências e percepções. Nesse cenário, o silêncio adquire um papel central, configurando-se como forma de violência simbólica: ele reprime a expressão da dor, impede a elaboração do trauma e perpetua a invisibilização das violências raciais. O que não é dito, mas sentido, acumula-se no corpo e na memória, alimentando um ciclo de sofrimento transgeracional que dificilmente se rompe sem o reconhecimento explícito da opressão.

Kilomba (2021), em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, propõe uma abordagem estética, política e subjetiva da experiência negra no contexto pós-colonial. Por meio de uma escrita performática que combina teoria, poesia e narrativa pessoal, a autora expressa a dor histórica e os desdobramentos atuais do racismo. A metáfora da plantação, utilizada por Kilomba, simboliza não apenas a violência física e econômica do sistema escravagista, mas também o trauma psíquico que permanece inscrito nas relações sociais contemporâneas. A imagem da plantação, portanto, evoca uma memória coletiva que não pode ser apagada, trazendo à tona as injustiças sofridas pelos povos africanos e seus descendentes. Ao ressignificar a experiência da escravidão como memória viva, Kilomba convida a pensar o racismo não como passado encerrado, mas como realidade que insiste em se repetir, demandando enfrentamento político e elaboração subjetiva.

O racismo contemporâneo manifesta-se muitas vezes pela interdição da fala e pelo silenciamento sistemático dos corpos negros. A plantação, nesse sentido, não se restringe a

um evento histórico localizado no passado, mas persiste como metáfora viva que se atualiza diariamente nas relações sociais. A lógica colonial permanece inscrita em gestos sutis ou explícitos de exclusão, negação e invalidação das subjetividades negras, seja no ambiente acadêmico, nas relações de trabalho ou nas interações cotidianas. O não reconhecimento da voz negra, sua desautorização ou o esvaziamento de sua legitimidade mostram que o racismo se renova em práticas discursivas que insistem em reiterar a branquitude como centro do saber, da razão e da humanidade. Assim, a plantação se manifesta no presente como campo simbólico de violência que reorganiza continuamente as possibilidades de ser e existir do sujeito negro (Kilomba, 2021).

O conceito de trauma colonial, desenvolvido por Kilomba, dialoga diretamente com a noção freudiana de compulsão à repetição (Freud, 1920/2010a), segundo a qual o sujeito traumatizado é compelido a reviver inconscientemente o evento traumático. Ao transpor essa noção para o campo das relações raciais, percebe-se que as sociedades coloniais e pós-coloniais reeditam, de maneira incessante, as estruturas de dominação e subalternidade racial. A repetição não ocorre apenas em episódios de violência aberta, mas também em práticas normativas que naturalizam a exclusão. Cada vez que o sujeito negro afirma sua presença, sua voz ou seu direito de existir plenamente, ele encontra barreiras simbólicas e materiais que o remetem à condição de “outro” inferiorizado. Essa ordem repetitiva não apenas mantém as hierarquias raciais, mas também reforça o trauma histórico, perpetuando-o nas subjetividades negras como ferida que não cicatriza.

Kilomba (2021) analisa a negação da negritude, destacando como as imagens e representações sociais das pessoas negras são construídas a partir de uma lógica de estigmatização sistemática. Para a autora, o racismo cotidiano não se manifesta somente em agressões explícitas, mas também em discursos, gestos, olhares e microações que reforçam a condição da pessoa negra como “outra” — perigosa, suja, agressiva, instintiva ou descontrolada. São exemplos dessa desumanização práticas como a vigilância excessiva em lojas, a suspeita automática sobre a honestidade de pessoas negras, ou ainda o ato de atravessar a rua para evitá-las. Esse processo projeta nos corpos negros aspectos reprimidos da sociedade branca, como a agressividade, a sexualidade ou a animalidade, reduzindo-os a estereótipos fixos que os infantilizam, primitivizam, criminalizam ou erotizam. A consequência é a negação da humanidade plena às pessoas negras, ao mesmo tempo em que o branco permanece como padrão exclusivo de civilização, racionalidade e decência.

A internalização desses valores opressores ocorre de maneira precoce e persistente por múltiplas vias sociais. Crianças negras, desde muito cedo, são expostas a representações negativas sobre si mesmas nos meios de comunicação, nas escolas e até no ambiente familiar. Assim, enfrentam um processo de alienação que as distancia de sua identidade racial, muitas vezes manifestado em olhares de desconfiança sobre o próprio corpo, no desejo de embranquecer características físicas ou no sentimento de inadequação em relação ao grupo de pertencimento. A mídia reforça esse quadro ao exibir majoritariamente padrões brancos de beleza e sucesso, ao passo que a escola, por meio de currículos eurocentrados, marginaliza

histórias e saberes africanos. Como descreve Kilomba (2021), a introjeção da branquitude como modelo desejável gera um trauma psicológico que não apenas fere o corpo, mas atravessa o psiquismo e compromete profundamente a possibilidade de uma identificação com a negritude de modo afirmativo.

Ao considerar as modalidades de sofrimento, podemos identificar fenômenos como a alienação, a clivagem do eu (Freud, 1938/2018; Souza, 1982/2021), o desamparo discursivo (Rosa, 2022), a vergonha e a culpa (Freud, 1923/2011b; Kilomba, 2021; Souza, 1982/2021), entre outros aspectos que se tornam centrais para compreender a subjetividade negra. Esses fenômenos não devem ser interpretados apenas como manifestações individuais, mas sim como expressões de dinâmicas sociais e históricas que atravessam gerações. A negação da negritude, nesse sentido, revela como estruturas de opressão moldam a experiência subjetiva, mostrando que o trauma racial é ao mesmo tempo psíquico e coletivo. Compreender tais dimensões é fundamental para construir estratégias de resistência que promovam não apenas a elaboração simbólica do sofrimento, mas também a afirmação identitária e o fortalecimento de práticas comunitárias. É nesse espaço de resistência que se abre a possibilidade de superar os mecanismos de exclusão e silenciamento impostos pela ordem racial dominante.

A experiência da negritude negada em contextos marcados pelo racismo estrutural e simbólico configura, portanto, uma profunda alienação psíquica e social. Souza (1982/2021) destaca que, para sobreviver em um espaço social dominado pela branquitude, o sujeito negro é frequentemente compelido a negar aspectos essenciais de sua identidade. Esse movimento resulta em uma clivagem psíquica: de um lado, um eu que anseia existir em sua autenticidade plena, com orgulho e reconhecimento de sua ancestralidade; de outro, um eu que se adapta às expectativas da branquitude, silenciando ou ocultando traços negros a fim de obter aceitação ou, no mínimo, tolerância social. Essa divisão interna não é apenas um recurso estratégico, mas também uma ferida persistente que acompanha o sujeito em diferentes esferas da vida, produzindo sofrimento e impedindo a construção de uma identidade coesa. Assim, a negação da negritude atua como mecanismo de sobrevivência, mas ao mesmo tempo reforça a invisibilização e o trauma, revelando a perversidade do racismo como estrutura que atua tanto sobre o corpo social quanto sobre a intimidade psíquica.

Fanon (1952/2020) aprofunda essa análise ao identificar uma clivagem ontológica no sujeito negro colonizado, imposta pelo olhar branco. Para ele, não se trata apenas de uma alienação social ou cultural, mas de uma cisão radical que atravessa o ser em sua constituição. O olhar do colonizador aprisiona o colonizado em uma posição de objeto, desprovido de agência, de humanidade plena e de historicidade própria. A subjetividade, assim, é sequestrada e devolvida sob a forma de caricatura, em que a inferioridade, a bestialidade e a primitivização tornam-se signos de sua existência social. Ainda compromete a possibilidade de o sujeito negro se reconhecer em sua própria humanidade sem passar pela mediação do olhar branco. Fanon mostra, portanto, que a colonização não opera apenas no plano material, mas infiltra-se no inconsciente, instaurando uma clivagem ontológica que fragiliza a base mesma do existir.

Freud (1938/2018) contribui para essa compreensão ao explicar que processos de alienação e clivagem funcionam como estratégias defensivas do aparelho psíquico diante de conflitos insuportáveis. A divisão do eu não é, portanto, um mero artifício teórico, mas uma resposta real do sujeito ao excesso de sofrimento que ameaça sua integridade psíquica. Na perspectiva freudiana, quando a realidade externa se mostra demasiadamente violenta ou contraditória, o eu fragmenta-se em instâncias que permitem ao sujeito suportar a experiência, ainda que ao preço de um afastamento de si mesmo. No caso do sujeito negro, essa divisão do eu surge como tentativa de preservar uma integridade mínima frente à violência simbólica, às desqualificações constantes e à negação de sua humanidade. Kilomba (2021) aprofunda essa leitura ao relacionar a clivagem psíquica à repetição do trauma colonial: cada vez que o sujeito negro tenta expressar sua voz e é silenciado, a estrutura traumática se reinscreve, perpetuando o ciclo de exclusão e alienação. O silêncio, nesse sentido, não apenas repete, mas reinscreve a violência original da colonização, transformando o trauma em um mecanismo contínuo de sujeição.

O silenciamento da experiência negra, frequentemente naturalizado nos contextos sociais e familiares, configura uma das formas mais insidiosas de violência simbólica. Schucman (2018) demonstra que, em famílias inter-raciais brasileiras, a recusa em nomear o racismo não neutraliza o sofrimento, mas, ao contrário, o aprofunda. A pessoa, seja branca ou negra, que não reconhece a negritude de seus pares “mantém e legitima os significados negativos construídos sobre o negro, sem precisar rever, ressignificar ou desconstruir o racismo em que foi socializada” (p. 55). O silêncio não deve ser interpretado como ausência de violência; pelo contrário, ele potencializa a violência ao impedir a nomeação e a elaboração simbólica da dor associada à negritude. Esse mecanismo mostra como a omissão pode ser tão ou mais destrutiva do que a violência aberta, já que priva o sujeito negro da possibilidade de construir narrativas próprias, condenando-o a existir sob a narrativa do outro.

Optar, ou ser compelido, a não falar para evitar conflitos, não responder ou não expressar queixas revela-se uma estratégia de sobrevivência para as pessoas negras que, simultaneamente, expõe a dificuldade de lidar com os próprios desejos (Pereira, 2025). Esse silêncio defensivo, embora preserve a vida e evite represálias, aprofunda a cisão entre desejo e expressão, instaurando um vazio no campo da linguagem. Nesse contexto, Rosa (2022) oferece uma contribuição central ao denominar tal experiência de “desamparo discursivo” — um tipo de sofrimento sociopolítico que bloqueia a capacidade do sujeito de expressar seu sofrimento. O desamparo discursivo não é apenas um déficit de palavras, mas o efeito de uma ordem social que invalida previamente qualquer discurso negro. Trata-se de um bloqueio que impede o sujeito de transformar a dor em narrativa, de inscrevê-la simbolicamente e, assim, de elaborar o trauma. O silêncio, portanto, deixa de ser apenas ausência de fala para constituir-se como produção ativa de exclusão: um campo em que o sujeito se vê impossibilitado de narrar-se a si mesmo diante de discursos opressores dominantes.

Kilomba (2021) complementa essa análise ao afirmar que a proibição da fala sobre a experiência negra representa uma continuidade da lógica colonial: ao silenciar, obstrui-se

também a possibilidade de subjetivação e de registro histórico dessa vivência. Assim, o silêncio assume, paradoxalmente, uma prática ativa de violência e um meio de perpetuar a alienação. A não autorização para falar também implica a não autorização para existir plenamente, já que a linguagem é um dos principais dispositivos de inscrição simbólica na sociedade. O sujeito negro é, portanto, duplamente violentado: pelo trauma histórico da colonização e pela impossibilidade de significá-lo. A luta pela fala, nesse sentido, revela-se como luta pela existência, pela subjetividade e pela memória coletiva.

Dessa forma, o silêncio atua como um mecanismo coletivo de recalque, congelando o trauma no corpo e na memória, e impedindo a simbolização dessa experiência. Freud (1920/2010a) já alertava que aquilo que não é nomeado ou elaborado tende a retornar de modo sintomático. A dor não verbalizada, portanto, cristaliza-se em afetos persistentes, como a vergonha, a culpa e outras formas de sofrimento psíquico que atravessam a experiência negra.

A culpa e a vergonha emergem, nesse sentido, como sentimentos centrais no psiquismo do sujeito negro alienado. Fanon (1952/2020) descreve de forma contundente a condição paradoxal de um negro que se sente culpado não por seus atos, mas por sua própria existência. A cor da pele transforma-se em transgressão ontológica, em marca inapagável que define e limita a sua inserção no mundo. Freud (1923/2011a), ao explicar que a culpa nasce do conflito entre id, eu e supereu, ilumina o caráter estrutural dessa experiência: no caso do sujeito negro, a transgressão é socialmente imposta, uma vez que existir como negro já significa violar os códigos implícitos da branquitude dominante. A culpa inconsciente, portanto, não decorre de um ato cometido, mas da violência simbólica sistemática que faz do corpo negro um espaço de interdição.

Souza (1982/2021) aprofunda essa análise ao mostrar como, na clínica, essa culpa não elaborada conduz ao recalque identitário. O sujeito negro, impossibilitado de afirmar positivamente sua negritude, reprime seus traços e características em busca de um ideal branco inalcançável. Esse movimento gera efeitos devastadores: auto-ódio, fragmentação do eu e um sofrimento psíquico intenso e persistente. Como exemplifica a autora, mesmo o esforço para ser “o melhor” não garante ao sujeito negro a realização de seus ideais, já que “o ideal do ego negro, que é em grande parte constituído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível” (Souza, 1982/2021, p.73). Trata-se de um impasse que aprisiona o sujeito em uma lógica de fracasso permanente e reforça o ciclo de alienação.

A resistência ao racismo, nesse contexto, não pode restringir-se ao campo da ação política convencional; ela também deve enraizar-se no plano simbólico. Nomear o racismo, narrar a dor e elaborar o trauma tornam-se práticas insurgentes capazes de romper com o recalque e a alienação. Aqui, o letramento racial ocupa lugar fundamental como prática de resistência: ao oferecer ferramentas conceituais e históricas para reconhecer e nomear o racismo, ele possibilita não apenas o enfrentamento coletivo, mas também a reconstrução subjetiva. Ao ampliar o vocabulário para falar da dor, o letramento racial fortalece o sujeito

negro contra o desamparo discursivo, abrindo caminhos para novas formas de existência e para a reinscrição da negritude como potência.

Dentro dessa perspectiva, Kilomba (2021) aponta a narrativa como gesto revolucionário e reparador. Transformar a dor em palavra e narrar a experiência traumática constitui um ato de resistência e de reinscrição subjetiva. Ao contar sua história, o sujeito negro desloca-se da posição de objeto silenciado para sujeito ativo de sua própria trajetória, rompendo com o silêncio imposto pelo racismo estrutural. A escrita, nesse sentido, ultrapassa a expressão individual e se configura como prática política e estratégia simbólica de enfrentamento.

Kilomba (2021) lembra que narrar o trauma é, em si, um ato de transformação: ao dar palavra ao que foi silenciado, o sujeito negro reinscreve-se como agente de sua própria história. Essa perspectiva encontra eco em Souza (1982/2021), que propõe a reconstrução de uma identidade negra afirmativa, processo que ultrapassa a denúncia da dor para fundamentar-se na celebração da potência. A ênfase de Kilomba na dimensão simbólica e estética da luta antirracista mostra que a resistência não se limita ao campo jurídico ou econômico, mas também enraíza na linguagem, na memória e na arte. Ao reivindicar o direito de narrar-se, o sujeito abre caminho para a cura, nomeando as violências sofridas e afirmando a negritude como potência criadora, não como falta.

Nesse horizonte, Schucman (2018) evidencia que a elaboração coletiva do racismo é condição essencial para romper com o ciclo de silenciamento e sofrimento. Sua análise sobre as dinâmicas familiares inter-raciais mostra como o apagamento da negritude — ainda que em nome do afeto — perpetua a alienação e reforça o trauma. Assim, a luta simbólica pela palavra, pela narrativa e pelo reconhecimento emerge como um dos meios mais potentes de resistência antirracista. Trata-se de subverter os mecanismos de negação e recalque que atravessam a experiência negra, abrindo espaço para a inscrição de novas formas de subjetividade e para a construção de práticas coletivas de libertação.

13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo trilhado neste trabalho evidencia que a negação da negritude não é um fenômeno isolado ou superficial, mas, ao contrário, constitui-se como um processo estrutural que perpassa as camadas mais profundas da constituição subjetiva, social e simbólica. A partir do diálogo crítico e intertextual entre os estudos de Souza, Schucman, Kilomba, Carneiro, Gonzalez, Fanon, Mbembe e Freud, foi possível compreender que o racismo não se configura apenas como uma ideologia ou uma prática social, mas, principalmente, como um trauma estrutural, histórico, colonial e psíquico, que atravessa gerações e molda as identidades negras em uma sociedade marcada por um constante processo de exclusão e invisibilização.

Este estudo revela que a subjetividade negra é profundamente atravessada pela alienação, pela clivagem, pela vergonha e pela culpa, afetos que estruturam as experiências psíquicas dos sujeitos negros e que são continuamente reinscritos por meio de mecanismos de violência simbólica, silenciamento e exclusão. Kilomba, ao propor a metáfora da plantação como um espaço ainda operante nas relações sociais contemporâneas, ilumina a persistência da lógica colonial, que não se limita à opressão explícita, mas se inscreve na interdição da fala e na constante negação da humanidade do sujeito negro. Este trauma, segundo Kilomba, não é apenas revivido, mas reencenado cotidianamente em diversos espaços sociais, criando uma perpetuação da subalternidade, da vulnerabilidade e do sofrimento psíquico negro.

A partir do entendimento freudiano da compulsão à repetição e dos mecanismos de recalque e clivagem, é possível compreender como o racismo internalizado gera fragmentações subjetivas profundas, exigindo que o sujeito negro reprima sua identidade para sobreviver em uma sociedade que o rejeita. Essa perspectiva dialoga diretamente com as análises de Souza, que aborda o recalque racial na clínica, e com Schucman, que evidencia o racismo como presença silenciosa e destrutiva nas dinâmicas familiares.

Além de evidenciar os efeitos psíquicos e subjetivos do racismo, este percurso investigativo também aponta para os caminhos de resistência que se abrem diante da violência estrutural. Nesse horizonte, Carneiro e Gonzalez ampliam a discussão ao mostrar que a luta antirracista não se limita à esfera política ou institucional, mas é igualmente uma disputa epistêmica e linguística. A desconstrução do ideal branco exige a valorização dos saberes negros, o resgate de referências ancestrais e a denúncia das formas sutis de subalternização que atravessam até mesmo a linguagem cotidiana. Schucman, ao destacar a importância do letramento racial, reforça que nomear o racismo e desenvolver uma consciência crítica sobre seus mecanismos são passos fundamentais para interromper o ciclo de silenciamento e invisibilização, transformando a palavra em ferramenta de elaboração subjetiva e coletiva.

Nesse sentido, a resistência ao racismo não pode ser compreendida apenas como ação política externa: ela precisa ser também um trabalho interno de elaboração psíquica e de reconstrução identitária. A narrativa emerge como instrumento central nesse processo, não apenas como denúncia, mas como gesto de reapropriação de si e de sua história. Narrar é um ato de cura, agência e insurgência, capaz de romper os limites impostos pela subalternidade e reinscrever a experiência negra como potência. A construção de uma identidade afirmativa, a valorização dos saberes ancestrais, o enfrentamento crítico da branquitude como referência simbólica e a reescrita da memória coletiva configuram, assim, caminhos essenciais para a superação do recalque racial e para a criação de novas formas de existência.

A construção de uma identidade negra afirmativa, a valorização dos saberes ancestrais, o enfrentamento crítico da branquitude como referência simbólica e a reescrita da memória coletiva são caminhos essenciais para a superação do recalque racial e para a criação de novas possibilidades de existência. O enfrentamento simbólico do racismo é, portanto, um trabalho

simultaneamente político, social e psíquico, que exige o reconhecimento da dor, a elaboração do trauma e a afirmação radical da vida negra.

Por fim, conclui-se que a negação da negritude, longe de ser um processo isolado ou individual, é um fenômeno coletivo que reflete as dinâmicas históricas e sociais de um país marcado pela herança colonial. A negação da identidade negra é atravessada por mecanismos psíquicos complexos, como a clivagem e o recalque, que perpetuam a dor e o sofrimento. Contudo, a resistência, entendida como um movimento simbólico de afirmação, ressignificação e valorização da experiência negra, abre portas para a transformação dessa realidade. Que este trabalho seja uma fresta aberta: um convite à insurgência afetiva, estética e política contra os muros invisíveis da exclusão racial. Que a palavra, recuperada como ato de resistência, seja também a semente de novas narrativas, onde a subjetividade negra não seja mais silenciada, mas reconhecida em sua potência e dignidade.

REFERÊNCIAS

Bastide, R., & Fernandes, F. (1959). *Branços e Negros em São Paulo* (2a ed., Vol. 305). Companhia Editora Nacional. <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/353/1/305%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>

Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Sá da Costa.

Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu. (Trabalho original publicado em 1952).

Ferreira, L. F. (2006). “Negritude”, “negridade”, “negrícia”: história e sentidos de Três conceitos viajantes. *Via Atlântica*, 7(1), 163–184. <https://doi.org/10.11606/VA.V019.50048>

Freud, S. (2010). *História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. Companhia das Letras.

Freud, S. (2011a). *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)

Freud, S. (2011b). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)

Freud, S. (2018). *Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1938)

Kilomba, G. (2021). *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano* (2a ed.). Cobogó.

Pereira, L. T. G., Silva, C. A. A., Moraes, E. I. B., & Rosa, M. D. (2025). Negação da negritude: implicações subjetivas e caminhos de resistência simbólica. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 5, e025004.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3a ed.). n-1.

Munanga, K. (2023, junho 26). *Afinal, o que é a negritude?* Sesc SP. <https://www.sescsp.org.br/editorial/o-que-e-negritude>

Pereira, L. T. G. (2025). *Famílias inter-raciais: a estrutura racial em discursos e práticas*. <https://doi.org/10.11606/D.47.2025.TDE-18082025-174345>

Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329–348. <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1509>

Rosa, M. D. (2022). Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1–10. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>

Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. EDUFBA.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1982)

16

Recebido em: 28/04/2025

Reapresentado em: 30/08/2025

Aprovado em: 05/09/2025

SOBRE AS AUTORAS

Lohanna Thais Gomes Pereira é psicanalista, supervisora clínica e mestra em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP (2025). Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (2013). Integrante do Laboratório de Pesquisa e Extensão – Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) do Departamento da Psicologia Clínica do IP/USP e da Rede Interamericana de Pesquisa em Psicanálise e Política (REDIPPOL).

Camila de Albuquerque Alves da Silva é psicóloga clínica, mestra em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo – USP (2025). Pós-graduada em Problemas do Desenvolvimento na Infância e Adolescência – Abordagem Interdisciplinar pelo Centro Lydia Coriat/Porto Alegre (2018). Graduada no curso de Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL (2015). Possui interesse em psicanálise, psicologia clínica e saúde pública.

Enoe Isabela Baía de Moraes é psicanalista, mestra em Psicologia pela Universidade de Huddersfield, Inglaterra (2018). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Goiás (2024). Graduada em Psicologia, bacharelado e licenciatura, pela Universidade Federal de Goiás (2016).

Miriam Debieux Rosa é psicanalista, Professora Titular do Instituto de Psicologia da USP. Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) e o Grupo Veredas: psicanálise e imigração. Exerce o cargo de Pró-Reitora Adjunta para Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo (2022/26). Foi Presidente Fundadora da Rede Interamericana de Psicanálise e Política (REDIPPOL - 2018-2022).